



IDOSO

//NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Aos 95 anos, idosa vence depressão e conclui pós-graduação em Direito

Formada em farmácia, Lindaura Cavalcanti acalenta sonho desde criança. Ela ainda anuncia que próximo passo é passar no exame da OAB.

Fonte: G1 PE – não encontrado – 05/03/2016

Nem a depressão que enfrentou depois que ficou viúva e nem a idade impediram a estudante Lindaura Cavalcanti de realizar seu sonho. Isso mesmo, estudante. Aos 95 anos, a determinada idosa concluiu curso de pós-graduação em direito processual na Sociedade Pernambucana de Cultura e Ensino. Ela aprendeu a ler e a escrever muito cedo, aos 4 anos de idade. Fez o curso de farmácia na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), mas queria mesmo era ser advogada.

A adorável senhora é a prova de que nada se torna um obstáculo quando se há força de vontade. “Meu pai era farmacêutico e meu irmão mais velho fez direito. Eu fiquei pensando desde criança em fazer direito. Hoje me sinto satisfeita, me sinto feliz”, expressa Lindaura, ao dizer que próximo passo é passar no exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Símbolo de perseverança, Lindaura é a queridinha da turma. Nem o problema de audição a impediu de dar um jeitinho de estudar mais. A professora Alexa Soares lembra que a idosa sempre procurava os docentes em busca de material para estudar. “Ela mesmo buscava junto aos professores e os professores se disponibilizavam para ajudá-la de toda forma, porque não é todo dia que temos um aluno interessado”, conta.

Com a ajuda da cuidadora Rosilda Nascimento, a idosa é moradora do bairro de Água Fria, Zona Norte do Recife, e ia para aula na Avenida João de Barros, na Boa Vista, área central da capital, de ônibus. Não muito craque nos equipamentos eletrônicos, Lindaura fazia os trabalhos à mão mesmo.

“Para nossa turma, ela é sinônimo de perseverança. É um exemplo a ser seguido. É um exemplo desse que o país precisa”, acredita o colega de turma, Renato Miranda. Completando o aluno, José Melquiades, também estudante, diz que a senhora traz uma reflexão para os jovens. “Esses jovens acomodados que acham que o estudo é a coisa mais difícil do mundo”, conclui.

Lindaura é matriarca de uma família de seis filhos, onze netos e seis bisnetos. A filha, Verônica Arruda, diz que ela é motivo de orgulho. “É uma glória porque mês passado ela teve um acidente e toda família achou que seria muito difícil a recuperação dela. É um milagre”, comemora.



Prezado(a),
para preservar as informações contidas no periódico,
é necessário estar logado na intranet para carregar os links.

ÍNDICE

IDOSO

Notícias da Imprensa	fl.01
Notícias do Judiciário	fl.05
Notícias do Legislativo	fl.05

PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Notícias da Imprensa	fl.06
Notícias do Judiciário	fl.11
Notícias do Legislativo	fl.11
Institucional	fl.13

EXPEDIENTE

Centro de Apoio Operacional das
Promotorias de Justiça de Proteção
ao Idoso e à Pessoa com Deficiência

Av. Marechal Câmara, 370 - 6º andar
Centro - CEP 20020-080
Telefones: 2215-6326 | 2215-6112
E-mail: caoidosopdef@mprj.mp.br

Coordenador
Luiz Cláudio Carvalho de Almeida

Subcoordenador
Rafael Luiz Lemos de Sousa

Servidores
Alexandre Cavassoni Rosa
Thaiza Marques de Miranda e Silva
Rodrigo Firmino da Silva
Rosemary Rodrigues Cruz

Estagiários
Gabriel Rodrigo Quinto Da Silva
Pedro Beny Tostes Bria

...

Projeto gráfico
STIC - Gerência de Portal
e Programação Visual



Caminhonete ocupa 4 vagas de idosos ao estacionar em shopping

Flagrante foi feito por motorista revoltado com situação, em Goiânia; veja. Segundo o código de trânsito, parar em vagas especiais é infração grave.

Fonte: G1 Goiás – não encontrado - 11/03/2016



Veículo ocupou vagas reservadas em shopping da capital (Foto: Reprodução/TV Anhanguera)

Uma caminhonete ocupou quatro vagas destinadas a idosos para estacionar em um shopping do Setor Jardim Goiás, em Goiânia. O flagrante foi feito na quinta-feira (10).

A situação foi denunciada por Francisco de Souza, que tirou fotos da imprudência. De acordo com o autor das imagens, um dos motivos para o motorista estacionar no local pode ser pelo fato de estar com uma carretinha acoplada à carroceria.

De acordo com a Secretaria Municipal de Trânsito (SMT), o órgão tem autorização para multar o veículo mesmo dentro do estacionamento privado. Portanto, caso fosse flagrado por um fiscal, o motorista da caminhonete poderia levar 5 pontos na carteira, já que a infração é considerada grave pela legislação de trânsito.

Procurada pelo G1, a assessoria de imprensa do shopping não se pronunciou sobre a situação até a publicação desta reportagem.

Tecnologia de reconhecimento facial embarca nos transportes

Testes para controlar gratuidades e Bilhete Único começam na Região Metropolitana do Rio.

Fonte: O Dia – Gustavo Ribeiro - 19/03/2016

Rio - Vai ser difícil passar despercebido quando o sistema de reconhecimento facial for implantado nos transportes públicos do Estado do Rio para combater uso indevido do Bilhete Único intermunicipal (BU) e de cartões de gratuidade. Câmeras dotadas de tecnologia milimetricamente precisa serão capazes de identificar se qualquer pessoa é ou não a dona do cartão usado para liberar o embarque, mesmo que ela esteja usando boné ou peruca ou tenha passado por cirurgia plástica. Todos os usuários serão recadastrados e ganharão uma assinatura digital.



O promotor Luiz Claudio Carvalho de Almeida; Carlos Silveira, diretor-executivo da RioCard TI; e David Anthony, controlador-geral do Bilhete Único

Foto: Maíra Coelho / Agência O Dia

Os testes da nova tecnologia já começaram em duas linhas de ônibus da Viação Pendotiba, em Niterói, que monitora o uso dos cartões desde novembro. O volume de uso indevido das gratuidades garantidas por lei é impressionante. Responsável pelos ajustes no sistema até que ele esteja perfeito para implantação, a RioCard TI contabilizou, em 15 dias, 8 mil embarques de pessoas que não têm direito ao benefício viajando sem pagar a passagem com o cartão de um idoso ou estudante da rede pública. Essas linhas não serão divulgadas por motivo estratégico.

A importância do combate a fraudes contra o Bilhete Único e as gratuidades foi tema de debate promovido pelo 'Observatório da Mobilidade' na última quinta-feira. Participaram, na redação do jornal DIA, o controlador-geral do Bilhete Único intermunicipal, David Anthony Gonçalves Alves, o promotor Luiz Claudio Carvalho de Almeida, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência, e o diretor-executivo da RioCard TI, Carlos Silveira.

Segundo Carlos Silveira, câmeras conectadas aos validadores de RioCard em ônibus municipais e intermunicipais, metrô, trens e barcas produzirão 90 mil fotos por segundo. Pelo menos de três a sete imagens (as melhores) de cada passageiro serão armazenadas e confrontadas com as fotos previamente cadastradas pelo titular do cartão. Será um banco de provas cabal que permitirá às autoridades identificar e punir quem fraudar o Bilhete Único, benefício social financiado pelo governo estadual, e as gratuidades, custeadas por cada cidadão que paga passagem.

"Processamos 12 milhões de transações com RioCard nos diferentes meios de transporte do estado todos os dias, o equivalente às operações de cartões de crédito Visa no Brasil. Para evitar o mau uso, temos que tomar os mesmos cuidados que as operadoras de crédito", ressaltou o diretor da RioCard TI. Segundo ele, o uso de gratuidade por terceiros pesa nos reajustes tarifários, já que uma parcela das tarifas sustenta esse benefício.

Em 2015, o Estado do Rio pagou R\$ 602 milhões às empresas de transporte para subsidiar os descontos tarifários concedidos aos passageiros através do BU — quantia equivalente à diferença entre o preço real das tarifas e o valor do Bilhete Único Intermunicipal (R\$ 6,50).

À frente da controladoria criada na Secretaria de Transportes há um ano, para auxiliar a polícia nas fiscalizações do BU, David Anthony explicou que uma fraude comum é quando alguém passa um cartão para várias pessoas no ônibus para receber do passageiro abordado uma quantia em dinheiro igual ou menor do que a tarifa. Quem vai embarcar geralmente valida o cartão e o devolve pela janela. A biometria identificaria o uso indevido. Como o BU é subsidiado, o indivíduo lucra às custas do estado

e onera a população. Escritórios especializados em comprar o saldo dos cartões BU também estão na rota das investigações. “O estado não pode desperdiçar recursos financiando fraudes”, alerta David Anthony.

Governo espera gerar economia de R\$ 50 milhões com novo sistema

Proposto pelo governador Luiz Fernando Pezão, preocupado com a alta dos gastos com o subsídio do Bilhete Único (BU), o projeto de lei que prevê controle facial nos transportes foi aprovado em dezembro pela Assembleia Legislativa (Alerj). De acordo com o controlador-geral do BU, David Anthony, o governo aguarda a finalização dos testes pela RioCard TI, empresa de tecnologia da RioCard, operadora dos cartões, para implementar o sistema.

Ainda não há prazo para a conclusão dos testes nem para a instalação das câmeras em todos os meios de transporte, informou o diretor-executivo da RioCard TI, Carlos Silveira. A lei, no entanto, diz que as empresas (que custearão a tecnologia) têm 180 dias, a partir da sanção, para instalar os equipamentos nos ônibus intermunicipais.

Posteriormente, trens, barcas e ônibus municipais também terão o sistema, já que o BU viabiliza integrações com desconto entre um transporte intermunicipal e um municipal.

Para individualizar completamente a identificação do usuário do BU, o governo estuda firmar convênio com o Detran e a Receita Federal. O objetivo é poder cruzar as imagens colhidas nas câmeras com o RG e o CPF do usuário. Atualmente, é realizado o batimento dos dados da RioCard, informados no momento do cadastro, com a Receita Federal, por intermédio da Secretaria Estadual de Fazenda. “A dificuldade é porque esse processo não é instantâneo”, acrescentou David Anthony.

A Secretaria de Transportes prepara a minuta de decreto para regulamentação da lei, que vai definir regras, como o cadastramento. São cogitadas algumas hipóteses, como o registro presencial em posto da empresa, onde seriam captadas as imagens, e até um processo automático, que faria as fotos nos primeiros embarques após o início do sistema.

O controlador-geral do Bilhete Único, não quis estimar o volume de fraude no programa. Entretanto, a Secretaria Estadual de Transportes, já havia informado que o controle biométrico pode gerar uma economia de até R\$ 50 milhões por ano nos subsídios. Ao mandar o projeto de Lei, o governo afirmou que fixou o teto de R\$ 600 milhões por ano para o programa. A partir daí, o governo terá de reduzir o valor da parcela que paga em cada passagem. O fraudador do BU estará sujeito, além da responsabilização criminal, à aplicação da suspensão do subsídio por até um ano.

Para RioCard, 30% das gratuidades são suspeitas

Enquanto o clima em Brasília, nas redes sociais e nas ruas do país inteiro esquenta, inflamado pela corrupção, os participantes do debate ressaltam muitas pessoas não se dão conta que o uso indevido de uma gratuidade ou do Bilhete Único de outra pessoa são também atitudes antiéticas, que lesam a sociedade e os demais passageiros.

“O cenário nacional não ajuda muito, porque, quando as pessoas lesam o erário, acham que não estão lesando ninguém. Ética é um valor difícil de introjetar no indivíduo a curto prazo. Esse costume de transgressão despercebida à ética é comum, como quem empresta o cartão do plano de saúde”, destacou o promotor Luiz Claudio Carvalho de Almeida, coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência.

“As pessoas veem os escândalos, as crises de uma forma geral, mas não se veem corruptas no dia a dia e essa corrupção é fática. O camarada adota pequenas condutas que sabe que não são legais, mas acha que não tem problema. Acho que passa também pela educação”, salientou o controlador-geral do Bilhete Único, David Anthony.

Segundo ele, até o ano passado, não existia uma campanha para orientar o usuário que ele contribui a para uma cadeia de irregularidades ao, por

exemplo, vender o saldo do BU.

“E contribui. Aquele valor depositado no cartão pode ser dele, mas quando ele entrega e a um escritório para recuperar o que pagou em créditos, com deságio, não percebe que aquela diferença vai custar ao estado”, acrescentou o controlador.

Segundo a RioCard, são realizadas 40 milhões de viagens gratuitas por mês em todo o estado, e, aproximadamente, 30% dessas transações são consideradas suspeitas.

Pelo mapeamento do uso do cartão, a RioCard constatou que 18% das gratuidades de idosos são utilizadas, em média, seis vezes ao dia na cidade do Rio. Para a empresa, isso pode indicar que o benefício está sendo utilizado por outras pessoas que não têm direito.

Para promotor, tecnologia é melhor do que a de digitais

Para o promotor Luiz Claudio Carvalho de Almeida, o sistema de reconhecimento facial é mais adequado do que o de identificação por digitais, que foi implantado em Niterói e acabou sendo suspenso pela Justiça após ação do Ministério Público. Na ocasião, o MP recebeu centenas de reclamações de idosos que enfrentavam dificuldades para efetuar o reconhecimento da digital e se sentiam constrangidos no embarque. Justamente por isso o modelo não será repetido no resto do estado.

Outro ponto positivo do projeto, segundo ele, é que o passageiro não será impedido de embarcar caso a câmera não o reconheça. Quando o sistema detectar a má utilização, a pessoa será informada posteriormente e terá sete dias para procurar um posto da RioCard e esclarecer o problema. Em Niterói, a roleta não era liberada em caso de suspeita. “É necessário combater fraudes, mas isso não pode impedir o acesso a um benefício garantido por lei”, acrescentou o promotor, lembrando que qualquer idoso, por lei, pode embarcar apresentando somente documento de identidade.

O sistema em testes cria uma assinatura digital de cada usuário a partir de distâncias entre pontos do rosto da pessoa, uma verdadeira biometria matemática. Para cada pessoa é atribuído um número. Segundo Carlos Silveira, da RioCard TI, essa assinatura digital não se modifica após os 16 anos de idade do passageiro e o reconhecimento independe de diferenças na iluminação, se a pessoa fez plástica ou se está usando óculos escuros, por exemplo.

Para aumentar as taxas de reconhecimento, o equipamento consegue reconhecer um rosto mesmo em inclinações de ângulos de até 30 graus em relação à câmera. Com isso, pessoas de 1,20 metro a até 2,10 metros de altura têm as imagens faciais captadas. Estão em teste, sistemas de duas empresas de tecnologia.

Idosos têm prioridade para receber restituição

Lei garante devolução do IR à terceira idade antes dos demais contribuintes e também garante faixa de isenção maior aos segurados com mais de 65 anos

Fonte: O Dia – não encontrado - 19/03/2016

Rio - Ainda que as regras impostas pela Receita Federal para declaração do Imposto de Renda sejam iguais para todos os contribuintes, os idosos possuem alguns benefícios garantidos por lei. De acordo com o Estatuto do Idoso, quem tem 60 anos de idade ou mais recebe tratamento prioritário no recebimento da restituição. E os segurados do INSS que têm mais de 65 anos contam com faixa de isenção maior no imposto.

“Idosos têm prioridade na análise das declarações e na consequente liberação da restituição”, explica Samir Nehme, do Conselho Regional de Contabilidade do Rio, que também faz um alerta. “Hoje,

a declaração é feita exclusivamente pela internet, o que pode ser problema para alguns idosos. Nessa situação, deve-se procurar ajuda nos postos da Receita ou com profissionais”, recomenda.

Com problemas para retificar documentos, Maria Luiza, de 95 anos, procurou o Centro de Atendimento ao Contribuinte (CAC) da Receita na quinta-feira. “Já agilizei meu atendimento. Não quero problemas com a Receita”, contou ela.

IDOSOS TÊM ISENÇÃO MAIOR

Aposentados e pensionistas do INSS que tiveram rendimento tributável (aposentadoria) anual superior a R\$28.123,91 são obrigados a prestar contas à Receita. Mas enquanto a faixa de isenção do imposto é de até R\$ 1.903,98 mensais, para os segurados maiores de 65 anos esse valor dobra e chega a R\$ 3.807,96.

Essas informações estão no informe de rendimento, que é enviado pelos bancos pagadores de benefícios às residências dos segurados, ou emitidos no site www.previdencia.gov.br. Só com este documento é possível prestar contas ao Fisco.

Projeto ‘Era uma vez’ aproxima crianças e idosos abandonados no PI

Projeto é realizado por um grupo intergeracional para integrar as gerações. Crianças e idosos se encontram para conversar e compartilhar afeto.

Fonte: G1 PI – não encontrado - 21/03/2016

Aproximar crianças e idosos que vivem em abrigos é o principal objetivo do projeto “Era uma vez” desenvolvido por um grupo intergeracional em Teresina que promove o convívio entre os dois grupos que vivem em situação de abandono. O psicólogo Soares Neto, que faz parte do projeto, conta que os idosos chegam aos abrigos muito fragilizados.

“Eles geralmente vem bem fragilizados e a gente trabalha em cima disso, desse reestabelecimento de vínculos familiares. O idoso, geralmente chega à instituição, frágil, triste e se sente isolado”, declarou.

A chefe da divisão de alta complexidade da Secretaria Municipal do Trabalho, Cidadania e de Assistência Social (Semtcas), Adelina Menezes, explica que o momento é de integração entre as gerações. “No momento em que a gente integra essas duas gerações, há uma autoestima, as crianças se sentem valorizadas e os idosos também porque ambos estão recebendo carinho. A criança oferta o carinho ao idoso e vice versa”, explicou.

Foram realizados dois encontros no Parque Potycabana onde eles puderam conversar, se divertir, compartilhar afeto. As ações são acompanhadas por profissionais do Lar Santana e da Casa Reencontro, abrigos públicos da capital. Para a secretária municipal do trabalho e assistência social, Mauricélia Carneiro, ambas as partes ficam animadas com os encontros.

“Se você observar as crianças, elas ficam animadas, elas querem chegar, se aproximar. A dona do Carmo, que é uma das nossas idosas, diz que sente saudades deles. As crianças já se aproximam e perguntam ‘você quer água vovô?’. É isso que a gente quer, essa construção de respeito”, declarou.

Para ter acesso ao vídeo, clique [aqui](#).

Prefeitura vem atrasando repasses para clínicas e pacientes idosos ficam em risco

Fonte: Extra – Flávia Junqueira – 25/03/2016



Lúcia abraça a irmã, Severina, internada na Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças, em Realengo Foto: Flávia Junqueira

Para dar de comer aos seus 81 pacientes, a maioria idosos, a administração da Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças, em Realengo, vendeu sucatas na semana passada. O estoque de remédios está zerado. A medicação é comprada conforme a demanda. Com os salários atrasados, muitos profissionais pediram demissão, e os plantões, que vinham sendo feito já com dificuldades por seis profissionais de enfermagem, agora contam com três. Apenas três médicos se revezam no atendimento. Esse é o saldo da clínica desde que a prefeitura passou a atrasar os repasses do SUS, em outubro do ano passado. Situação que se estende a pelo menos outras três unidades com o mesmo perfil — leitos para cuidados prolongados. Todas funcionando em situação de extrema dificuldade.

— A maioria dos pacientes na Nossa Senhora das Graças não recebe visita nem tem para onde ir. Minha irmã é uma das poucas pacientes que recebem visita. Gosto muito do atendimento da clínica. A equipe, mesmo sem receber, vem trabalhar e trata os pacientes com carinho. Tenho muito medo de como será o lugar para onde minha irmã será transferida — diz Lúcia Maria Azevedo dos Santos, de 68 anos, abraçada à irmã caçula, Severina, de 64 anos.

Severina nasceu com uma síndrome e jamais andou. Já passou por várias cirurgias e sofreu dois acidentes vasculares cerebrais.

— Ela não fala e só tem a mim. Nossa mãe morreu quando ela tinha 6 anos e eu, 10. Sempre cuidei dela e assim será enquanto eu tiver vida e ela também. Foi um propósito que fiz a Deus. Essa situação toda tem me deixado muito tensa e com a pressão alta — diz Lúcia.

Para piorar a situação da Nossa Senhora das Graças, em dezembro, o único dono e representante legal da clínica, aos 91 anos, foi diagnosticado com Alzheimer e interdito civilmente. Na Justiça, a casa de saúde, busca obrigar a Secretaria municipal de Saúde a transferir os pacientes.

— Essas pessoas estão em risco. Nosso primeiro pedido na ação é a transferência dos pacientes. Não temos mais condições nem interesse em continuar com a clínica — diz o advogado da casa de saúde, Clóvis Ferro Costa Jr. — Temos nos desdobrado para comprar alimentos e remédios. As contas de luz, água e gás vêm sendo negociadas, mas, uma hora, não teremos mais saída.

Segundo o advogado, a situação da empresa, que não está sem representante legal, foi informada à Secretaria municipal de Saúde numa reunião no dia 8 de janeiro:

— Em fevereiro, comuniquei formalmente a prefeitura que não tínhamos

condições e interesse em continuar com a clínica. Até hoje, não tivemos resposta nem qualquer providência foi tomada. Pelo contrário, depois disso tudo, homologaram a clínica para o chamamento que foi feito no ano passado para assinatura de contrato para prestação de serviço. Como pode? — questiona o advogado, ressaltando que, apesar dos cerca de 50 anos de serviços prestados ao governo, a Nossa Senhora das Graças jamais assinou contrato com o poder público.

Apesar de o governo federal ter repassado os valores à prefeitura, a Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças afirma que ainda não recebeu recursos referentes ao mês de dezembro de 2015. O de janeiro foi depositado apenas na última quarta-feira, com 15 dias de atraso. Na Clínica Jardim América e na Casa de Saúde Jacarepaguá, metade das faturas de novembro e dezembro ainda não foi depositada, de acordo com seus administradores.

— O mês de janeiro só entrou na conta nesta quinta-feira. Além disso, a prefeitura bloqueou novas internações. Meus funcionários vão receber agora o salário de dezembro — afirma Luana Lima, administradora da Casa de Saúde Jacarepaguá.

Luana conta que a clínica foi o projeto de vida de seu pai e que nunca deu lucro:

— Pelo contrário, acumulamos cerca de R\$ 2 milhões em dívidas. O custo de cada paciente é no mínimo o triplo do que o SUS paga. Não temos reajuste desde 2007. As clínicas de cuidados prolongados que prestam serviço ao SUS no Rio o fazem sem contrato. Quando meu pai morreu, pensei em fechar a clínica, mas me apeguei aos pacientes. Dos 67 internados, apenas dois recebem assistência frequente da família e 32 não têm qualquer laço familiar. Os atrasos nos repasses só agravaram a situação. Não temos comprado frutas e substituímos a carne por frígado. Os funcionários estão se demitindo. Quem fica é por caridade. A prefeitura está colocando os pacientes em risco de vida.

A Secretaria municipal de Saúde informou que “o pagamento aos serviços contratualizados é feito conforme prestação de contas” e que a transferência dos valores devidos para as clínicas de cuidados prolongados está em dia. “Os valores referentes a novembro e dezembro foram quitados em 11 de março. O pagamento de janeiro foi feito nesta quarta-feira”, diz a nota. Afirmou ainda que o processo de descredenciamento da Casa de Saúde Nossa Senhora das Graças “já foi iniciado segue as etapas legais e necessárias”.

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Filho pode representar em juízo pais sem condições físicas, decide TST

Fonte: *Consultor Jurídico* – 18/03/2016

Filho pode representar pais sem condições físicas em juízo. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho não conheceu do recurso de um vigia residencial que buscava o reconhecimento de vínculo com uma empregadora doméstica.

Ele sustentava a aplicação da pena de confissão ficta (quando se presumem verdadeiros os fatos alegados por uma parte pela ausência da outra), porque a empregadora, com mais de 95 anos, foi representada em juízo por sua filha. Segundo a turma, como a filha tinha procuração, era conhecedora dos fatos e apresentou atestado médico que declarava a impossibilidade da idosa depor, não havia motivo para aplicação dessa pena.

O juízo da 6ª Vara do Trabalho de Porto Alegre acolheu o pedido do trabalhador de declaração da confissão ficta da empregadora e a condenou ao reconhecimento do vínculo, tomando como verdadeira a versão apresentada pelo vigia.

O Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), porém, entendeu que, desde a primeira audiência, a empregadora sempre esteve representada pela filha, conforme procuração e documentos. “Não se pode admitir que a Justiça do Trabalho tenha de constranger pessoa idosa, com mais de 95 anos, a vir a juízo depor”, afirmou o Regional, destacando que a procuração outorgava à filha amplos poderes para representá-la em todos os atos.

Afastando a confissão ficta, o TRT-4 entendeu que caberia ao vigia comprovar o vínculo de emprego, mas as provas apresentadas não foram suficientes para tal. Com isso, absolveu a empregadora.

No recurso ao TST, o trabalhador questionou a validade do atestado, assinado por nefrologista, que afirmava apenas que a empregadora “não estava em condições de prestar declarações em juízo”, sem fazer referência à data da audiência. Sustentou ainda que não havia autorização para que a idosa fosse representada em juízo por sua filha, que não mora no mesmo local e não estaria a apta a atuar como preposta.

O relator do recurso, ministro Cláudio Brandão, explicou que, nas ações envolvendo vínculo de emprego doméstico, a jurisprudência do tribunal flexibilizou a exigência relativa à condição do preposto, bastando para tanto que seja nomeada pessoa com conhecimento dos fatos. Essa mesma flexibilização é aplicada às micro e pequenas empresas. Segundo ele, a filha, além de ter procuração que lhe dava expresso poder para prestar depoimento, demonstrou, nas suas declarações, possuir conhecimento dos fatos e apresentou os documentos necessários para esclarecer a controvérsia. Com informações da Assessoria de Imprensa do TST.

RR 51-11.2010.5.04.0006

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

Projeto autoriza lar de idosos a cobrar mensalidade e manter-se como filantrópica

Fonte: *Agência Câmara Notícias* – Murilo Souza / Newton Araújo – 10/03/2016

A Câmara dos Deputados analisa proposta que autoriza as casas-lares de idosos a cobrarem participação dos seus abrigados sem que isso provoque a perda da qualidade de entidade filantrópica sem fins lucrativos. A medida está prevista no Projeto de Lei 249/15, do deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS).

Atualmente, conforme a Lei 12.101/09, para ser certificada como entidade beneficente de assistência social, a casa-lar precisa comprovar que “que presta serviços ou realiza ações sócio-assistenciais, de forma gratuita, continuada e planejada, para os usuários e para quem deles necessitar, sem discriminação”.

A certificação como entidade beneficente assegura à instituição uma série de benefícios tributários.

Autor da proposta, Mattos afirma que em razão do termo “de forma gratuita”, alguns conselhos municipais de assistência social podem impedir que as casas-lares se utilizem do benefício de prestação continuada (BPC) pago aos idosos como forma de custear parte das suas despesas operacionais.

O BPC, que tem o valor de um salário mínimo, é pago pelo governo a todas as pessoas com mais de 65 anos que não recebam outros benefícios e que tenham renda mensal familiar per capita de até 25% do salário mínimo.

Ao argumentar por que decidiu rerepresentar a proposta – originalmente prevista no Projeto de Lei 5914/13, do ex-deputado

Vieira da Cunha – Mattos cita o Estatuto do Idoso (Lei 10.741/03), que já permite a participação do idoso no custeio da entidade filantrópica ou casa-lar sem qualquer alteração no enquadramento como entidade não lucrativa.

Limite

O texto do projeto, no entanto, determina que a forma de participação do abrigado seja regulamentada pelo Conselho Municipal do Idoso ou pelo Conselho Municipal de Assistência Social, não podendo exceder 70% de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso. O projeto também exige que as entidades firmem contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

Todas essas regras já fazem parte do Estatuto do Idoso e passarão a ser incorporadas à Lei 12.101/09 se o PL 249/15 for aprovado.

Tramitação

O projeto será analisado conclusivamente pelas comissões de Seguridade Social e Família; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura 'Agência Câmara Notícias'

//PESSOA COM DEFICIÊNCIA //NOTÍCIAS DA IMPRENSA

Jovem com paralisia cerebral passa no exame da OAB

Fonte: Razões Pra Acreditar – Ana Victorazzi – 24/02/2016



Sempre vai ter quem nos diga que algo é impossível e sempre vai ter quem nos prove que nada supera o esforço e dedicação para se alcançar um sonho.

Desde seu nascimento, em 14 de setembro de 1991, a pernambucana Melissa Campello desafia prognósticos, tendo médicos ditos que ela viveria como um “vegetal”.

Após um parto difícil e prematuro ao lado de sua irmã gêmea, Mel viveu ano após ano e venceu o bullying, a falta de acessibilidade para cadeirante e os comentários preconceituosos sobre sua paralisia cerebral.

Mas a maior conquista dela estava por vir. Este ano ela passou na Ordem

dos Advogados do Brasil (OAB) com uma nota de 8.6 no 18º Exame de Ordem Unificado.

“Achei a prova fácil. Durante o teste, ainda podia usar mais uma hora, mas acabei antes”, explicou em entrevista ao Só Notícia Boa.

Durante o curso – Mel formou-se em direito pela Faculdade Guararapes no ano passado – ela chegou a escutar de professores: “Você já fez muito concluindo o curso de direito”, como se a aprovação na OAB fosse algo inalcançável.

Como Mel não consegue escrever, ela utiliza um computador que a escuta e transcreve o que fala. No dia da prova uma fiscal fez esse papel. “A ajuda de minha professora Schanmkypou Bezerra foi fundamental”, disse.

“Minha filha é uma gladiadora, uma guerreira, fortaleza, exemplo de coragem para muita gente que fica inventando desculpas para não seguir crescendo”, elogia a mãe.

Rio 2016 testa acessibilidade no Torneio Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas

Atenção a detalhe e soluções para ganhar tempo no embarque e no desembarque arrancam elogios de atletas do evento-teste.

Fonte: Rio 2016 – não encontrado – 26/02/2016



Rampas estão tornando o embarque dos atletas mais ágil (Foto: Rio 2016/ Alex Ferro)

O Torneio Internacional de Rugby em Cadeira de Rodas, evento-teste para os Jogos Paralímpicos Rio 2016, é um desafio para os organizadores no quesito transporte com acessibilidade. É importante que o sistema funcione corretamente, especialmente por envolver deslocamento de um grande número de pessoas que usam cadeira de rodas. Três ônibus foram adaptados para receber vários cadeirantes simultaneamente, e rampas para facilitar o embarque foram instaladas em áreas como hotéis e a Arena Carioca 1. Os atletas têm aprovado a operação.

“Desde que desembarcamos no aeroporto todos estão cuidando de nós. Tudo está 100% acessível: ônibus, hotel, academia. Parabéns para o Brasil” (David Willsie, da equipe canadense de rugby em cadeira de rodas)

José Higino, da seleção brasileira, também elogiou. “Eu posso dizer que esta ideia de colocar rampas nos hotéis e na arena ficou bem bacana porque não se perde o tempo usando o elevador do ônibus. Todo mundo entra de uma vez, fica bem mais rápido”, observou.



Ônibus acomoda até oito atletas em cadeiras de rodas, mais bancos para os que podem se deslocar (Foto: Rio 2016/Alex Ferro)

Acessibilidade aprimorada

Além da criação de rampas de acesso e ônibus adaptados, foi dada atenção a vários detalhes como os depósitos para as cadeiras de rodas das equipes dentro da Arena Carioca 1. “A gente refinou algumas coisas detectadas no evento de basquetebol em cadeira de rodas. Fizemos adaptações do dia a dia”, explicou Rodrigo Garcia, diretor de Esportes do Comitê Rio 2016. Os elogios, segundo ele, não significam que todos devem se dar por satisfeitos. “Eventos como este são importantes para terminar o planejamento e refinar as nossas operações.”

Todas as soluções foram resultado de um trabalho de equipe que está movimentando cerca de 30 pessoas no evento-teste. Entre elas estão Ananias dos Santos e Fernando Dolabella, respectivamente especialista em Transportes e coordenador de Transportes de Equipes Comitê Rio 2016. “No evento-teste estamos usando três ônibus adaptados e um urbano comum”, contou Dolabella. O coordenador explicou que tudo que foi elaborado em termos de acessibilidade nos transportes para os Jogos Rio 2016 teve aval do Comitê Paralímpico Internacional (CPI): “Os projetos iam e voltavam até chegarmos a um denominador comum”.

O desafio do tempo

O diálogo entre o Comitê Rio 2016 e o CPI levou a boas soluções como a do projeto das rampas de acesso, que deverão ser cerca de 80 nos Jogos Paralímpicos. “A gente fez tudo baseado nos pedidos do Comitê Paralímpico Internacional. Eles pedem até nove graus de inclinação, sendo que nós tínhamos adaptado uma rampa para cinco graus. No fim a gente adotou um meio termo para que todos tivessem a maior comodidade possível”, conta Dolabella.

“Com a rampa, estamos embarcando todos os atletas no ônibus em um minuto e meio, dois minutos. Com o elevador, iríamos levar 20 minutos” (Fernando Dolabella, coordenador de Transportes de Equipes Comitê Rio 2016)

O coordenador ressaltou que tempo é um fator importante nos Jogos Paralímpicos. “Se a gente usasse o elevador que existe hoje em dia em veículos para pessoas com deficiência motora, iria levar 20 segundos para embarcar cada atleta. No fim, levaríamos 20 minutos para acomodar todo mundo”, ponderou. “Com esta rampa, que vai ser usada nos Jogos Paralímpicos, a gente vai conseguir atender de forma eficiente o transporte e fazer um serviço 100%”.

Ananias Dos Santos explica que os veículos que estão sendo usados no evento-teste são os mesmos em circulação na rede de transporte urbana do Rio - mas com algumas modificações para que possam receber mais de uma pessoa com dificuldades de locomoção. “Hoje os ônibus têm boxes para oito cadeirantes, mais seis transferíveis (pessoas que usam cadeiras de roda mas têm condições de se deslocar para bancos) e mais nove assentos normais. A gente tem 23 assentos hoje dentro deste carro urbano adaptado, que está atendendo muito bem”, informou.

Inclusão de fachada: alunos especiais perdem aulas por falta de mediadores na rede municipal do Rio

Fonte: Extra – Bruno Alfano – 06/03/2016

Desde o início do ano, a inclusão dos 7.733 estudantes especiais nas escolas municipais do Rio está só na matrícula. Sem mediadores que acompanham em salas de aula regulares crianças com diversos tipos de deficiência, muitas estão ficando em casa ou voltando da escola com o caderno em branco. Outras, sozinhas com suas dificuldades, pouco aprendem. É que a Prefeitura do Rio não renovou o contrato com os estagiários que prestam auxílio pedagógico a esses alunos, que esperam o verdadeiro início das aulas.

— A escola diz que a prefeitura não contratou nenhum estagiário. Se não contratar, ela fica fora da escola — conta Sue-Ellen Brandão, mãe da Maria Eduarda, de 9 anos, aluna da Escola municipal Olímpia do Couto, em Irajá, que tem retardo mental leve, hiperatividade e déficit de atenção.

Já João Gabriel Rodrigues, de 11 anos, tem síndrome de Asperger, semelhante ao autismo. É aluno do 5º ano da Escola Municipal Tagore, em Abolição, e espera o mediador chegar. A mãe, Nair de Oliveira, conta que ele não consegue manter a atenção nas aulas.

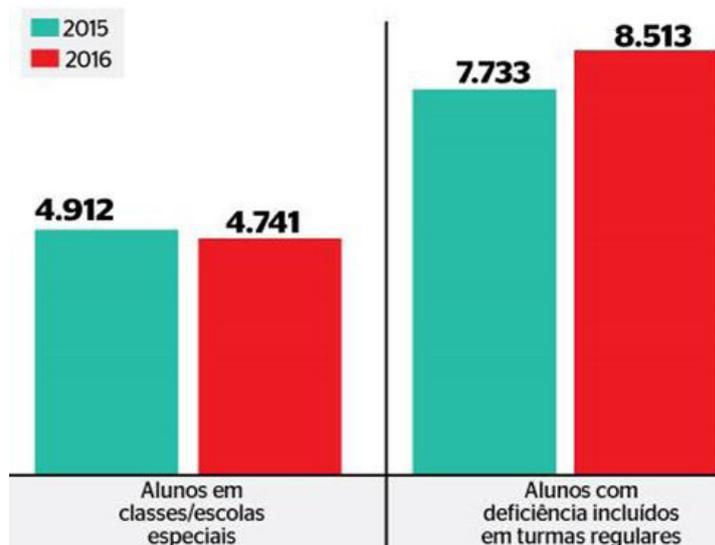
— Ele perde conteúdo. Não pode ficar sozinho. Os profissionais da rede pública têm mais boa vontade que os da particular, mas não têm estrutura. Isso complica a formação dele — reclama.

Os mediadores são universitários de licenciaturas como Pedagogia e Psicologia. A Secretaria municipal de Educação (SME) não respondeu ao EXTRA sobre a contratação de mediadores em 2016.

A secretaria informou apenas que “estagiários e voluntários também atuam junto aos alunos” e que “sob a orientação do professor regente, eles auxiliam na realização das atividades desenvolvidas no contexto escolar”. O órgão, no entanto, não informou quantos voluntários trabalham.

OS NÚMEROS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

NÚMERO DE ALUNOS



Sobre a escola de Irajá, a SME afirmou que a unidade possui uma sala de recurso para alunos especiais, mas não informou quando haverá mediadores para que Maria Eduarda volte à sala de aula.

Só 5% de concursados

Além dos mediadores, existe a figura do agente de apoio à educação

especial. É um cargo de nível médio para o profissional que auxilia os estudantes com a alimentação e a higiene, mas, diferentemente dos mediadores, não atua com a parte pedagógica. A SME contratou apenas 5% dos três mil agentes de apoio à educação especial que a lei sancionada pelo prefeito Eduardo Paes previu em 2013. E esses 150 profissionais só foram chamados depois que o Ministério Público entrou na Justiça pedindo a contratação dos concursados.

— Fiz uma recomendação para resolver de forma amigável, mas a prefeitura não chamou os profissionais. Então, conseguimos na Justiça — diz o promotor Rogério Pacheco, da 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva da Educação. — Mesmo somando com os estagiários, esses 150 não dão conta da demanda.

A Promotoria recebe de forma muito constante essa reclamação de falta de pessoal de apoio. A Escola Municipal Tagore, por exemplo, recebeu um dos 150 concursados: lá, no entanto, são 30 crianças especiais — nove numa turma especial e 21 incluídas.

Cargo	AGENTES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	MEDIADORES
O que faz	Atuam como auxílio na alimentação e higiene dos estudantes	Atuam dentro da sala de aula, auxiliando o desenvolvimento pedagógico
Quantos deveriam ter na rede municipal	Lei que criou o cargo, em 2013, previa 3.000	Em 2015, eram cerca de 2.000
Quantos tem hoje	A Prefeitura contratou 150 este ano 1 agente para cada 88 crianças E nem todos já estão atuando nas escolas	Hoje, não há nenhum nas escolas A prefeitura ainda não renovou o contrato com os mediadores, que são universitários estagiários

Fonte: Secretaria municipal de Educação e Diário Oficial do Município

'Meu filho volta com o caderno em branco', diz Sheila Ribeiro, de 48 anos, mãe de Jean, da Escola Municipal Olímpia do Couto

Meu filho tem 13 anos e sofre com síndrome de Down. Ele vai para a escola, mas, como não fala, não recebe atenção. Meu filho volta para casa com os cadernos em branco. Ele precisa de um acompanhamento mais de perto. Estou desorientada. Não sei o que vou fazer para ajudar meu filho.

Em Niterói, primos não têm vaga

Nathan Lopes, de 7 anos, e Leonardo Linhares, de 11, são primos. Eles vivem na mesma casa em Piratininga, Niterói, e dividem a mesma dificuldade: não podem estudar porque têm complicações de saúde. O primeiro tem diabetes severa; o segundo, autismo. A família conta que não tem dinheiro para escola particular e que, na pública perto de casa, não consegue vaga para os dois.

— Eles dizem que não tem ninguém para cuidar deles. Disseram que não podem dar um xarope e jamais poderiam dar insulina — conta a avó dos dois, Yara Londo, de 48 anos.

A Prefeitura de Niterói alega que a família não procurou a escola. Yara nega. E que os responsáveis precisam buscar o Departamento de Gestão Escolar (2719-6556).

Veja a nota completa da Secretaria municipal de Educação do Rio

A Rede Pública Municipal de Ensino do Rio de Janeiro, em cumprimento à legislação brasileira, oferece aos alunos público-alvo da Educação Especial - mais de 13 mil - o Atendimento Educacional Especializado (AEE) realizado em Salas de Recursos Multifuncionais. Este serviço tem a função de identificar e elaborar recursos de acessibilidade desses estudantes, eliminando barreiras e favorecendo o processo de inclusão. Todos os professores que atuam no AEE recebem formação continuada na área da Educação Especial para que possam atender às especificidades desses alunos. Além do AEE, esta Rede

Pública de Ensino conta com a atuação de Agentes de Apoio à Educação Especial. Estes profissionais concursados recebem formação pelo Instituto Municipal Helena Antipoff e oferecem suporte aos alunos quanto aos cuidados essenciais referentes à alimentação, higiene pessoal, educação, cultura, recreação e lazer.

Estagiários e voluntários também atuam junto aos alunos, público-alvo da Educação Especial, que sob a orientação do professor regente, auxiliam na realização das atividades desenvolvidas no contexto escolar. Nesse ano, a rede tem recebido os voluntários desde o dia 15 de fevereiro. A rede recebe esse ano também os primeiros 150 agentes de apoio, oriundos de concurso recente, e que estão sendo chamados desde o início do ano.

Em relação às escolas citadas, a SME esclarece que todos os alunos são acompanhados pelas equipes pedagógicas treinadas pelo próprio IHA, seja em sala de aula ou nas Salas de Recursos, que oferece periodicamente formação para os professores regentes. As CREs também realizam acompanhamento pedagógico sistemático aos alunos e professores passando orientações às escolas, que têm como princípio no atendimento aos alunos deficientes, o cuidado com a inclusão e o aprendizado, estimulando a realização de atividades diversas, buscando potencializar as habilidades desses estudantes. Para tal, são utilizados métodos de ensino diferenciado e lúdico, considerando as Orientações Curriculares específicas do ano escolar onde o aluno está inserido.

Sobre a Escola Municipal Olímpia do Couto, a 5ª Coordenadoria Regional de Educação esclarece que é oferecido ao aluno Atendimento Educacional Especializado, realizado em Sala de Recurso na Escola Municipal Sebastião de Lacerda, situada ao lado da unidade. No turno regular também é oferecido atendimento pedagógico de acordo com as especificidades do aluno.

Veja a nota completa da Prefeitura de Niterói

O Município de Niterói tem procurado, na atual gestão, trabalhar a inclusão escolar com uma Política de Educação Especial, atendendo a todos os alunos, com ou sem deficiência, em salas de aula regulares. Todas as 89 unidades públicas municipais de Ensino Fundamental e de Educação Infantil estão preparadas para receber alunos com deficiência e garantir o aprendizado através de adaptação de recursos pedagógicos, de currículo individualizado e da intervenção de um professor de apoio educacional especializado.

Durante o processo de matrícula de final de 2015 e início de 2016, as unidades municipais receberam mais de 120 novas matrículas de alunos que apresentam alguma deficiência e conta hoje com aproximadamente 1.050 alunos com deficiência ou Transtorno do Espectro Autista matriculados em nossas unidades. Os alunos que participaram do processo, cujos pais declararam a deficiência, têm prioridade ainda na fase de pré-matrícula.

A SEMECT e FME, através da Assessoria de Educação Especial, desenvolvem programas e projetos específicos para subsidiar a ação pedagógica com alunos com deficiência, entre eles, o Atendimento Educacional Especializado desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais, o Programa Núcleo de Pais e Amigos da Inclusão (PAI), o Programa de Pedagogia Hospitalar e Domiciliar, a Oficina de Tecnologias Assistivas, Programa de Formação Docente na Perspectiva da Educação Inclusiva, Programa de Bilinguismo (Português/LIBRAS), Programa de Transporte Escolar acessível, Projeto de acompanhamento à deficientes visuais, com surdocegueira e altas habilidades/superdotação, dentre outros.

A Política Pública de Educação Especial do município de Niterói é pautada pela vasta legislação nacional que dispõe sobre procedimentos, instrumentos, ações e público alvo da Educação Especial. Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (MEC, 2008), o público-alvo da educação especial são as pessoas com deficiência física, sensorial, intelectual, com Transtorno Global de Desenvolvimento e altas habilidades/ superdotação. Portanto, diabetes não se caracteriza como deficiência, segundo a Política Nacional de Educação Inclusiva, embora demande cuidados clínicos.

No que diz respeito à pessoa com autismo, o município assegura o

cumprimento da Lei 12.764/2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, regulamentada pelo Decreto 8.368/2014, que aponta “o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação em sistema educacional inclusivo [...]”; com acesso à mediação pedagógica nos processos de aquisição de competências, a partir do acompanhamento de um Professor de Apoio Educacional Especializado, de adaptação de recursos e da garantia de planejamento educacional individualizado.

Portanto, diante do exposto e do esforço em garantir acesso e condições favoráveis de aprendizagem a todos os alunos, inclusive aqueles com deficiência, a SEMECT e FME asseguram que nenhuma condição física, intelectual, social ou de saúde justifica que uma criança, adolescente, jovem ou adulto fique fora da escola.

Esclarecemos ainda que os responsáveis pelas duas crianças não procuraram, em momento algum, a unidade em questão para matriculá-los. Por isso os seus respectivos nomes não constam nem mesmo em uma lista de espera, que, desde o dia 15 de janeiro, já chamou 10 alunos, somente na E.M Maralegre.

Nós nos colocamos à disposição e solicitamos aos responsáveis que nos procurem, através do Departamento de Gestão Escolar, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 16h. Endereço: Rua São Pedro, 108, centro, Niterói. Telefone: 2719-6556.

Casal conta como é ter um bebê com microcefalia

Crise já atinge 289 fetos e recém-nascidos no Rio.

Fonte: O Globo – Simone Candida – 13/03/2016



Raquel beija Pedro Emanuel, observada por Robson: casal contraiu dívidas para fazer exames e torce para que filho seja tratado normalmente - Fernando Lemos / Agência O Globo

RIO — No quinto mês de gestação, o mundo da balconista Raquel Silva de Andrade caiu. Ela foi informada pelos médicos de que seu filho poderia nascer com “aquilo que falavam na televisão”. A jovem de 23 anos entrou em depressão, mas, aos poucos, com o apoio do marido, começou a aceitar a ideia de que o bebê não seria como ela imaginava. No dia 12 de fevereiro, Pedro Emanuel nasceu. O peso e a altura eram parecidos com os dos demais nenéns do berçário, mas o perímetro cefálico, de 31,5cm, levou o menino a outro universo: o de crianças nascidas com suspeita de microcefalia. No Estado do Rio, dramas como esse já afetam quase três centenas de famílias: são 289 casos investigados. Noventa e oito mães tiveram manchas vermelhas pelo corpo em algum momento da gestação, um dos sintomas da infecção pelo vírus zika. Raquel foi uma delas.

Moradora de Teresópolis, a jovem conta que visitou a família do marido, em Salvador, em junho do ano passado. Na volta, apresentou sintomas de zika. Alguns meses depois, descobriu que teria seu segundo filho,

o primeiro com Robson Souza. No quinto mês de gestação, os exames mostraram que havia algo errado com o desenvolvimento do cérebro do feto. Nem o casal nem os médicos associaram logo a anomalia ao vírus zika. À medida que a gravidez avançava, a desconfiança aumentava. E a agonia da família também.

— Era muito estranho quando o tema aparecia na televisão, eu só via criança deformada. Fiquei desesperada, muito mal. Passei por uma psicóloga. Com o tempo, fui aceitando. Robson me apoiou muito, dizia que tínhamos que aceitar nosso filho do jeito que viesse. Quando Pedro Emanuel nasceu, fiquei melhor. Para mim, ele é perfeito. Saio à rua e as pessoas fazem um monte de perguntas, e vou respondendo normalmente. Só quero que ele seja tratado como uma criança normal — diz Raquel.

EMPRÉSTIMOS PARA EXAMES

O menino não movimentava bem o braço esquerdo e toma remédios para evitar convulsões. Se agora é difícil lidar com as necessidades médicas, na gravidez foi pior. Raquel e Robson pegaram empréstimos para realizar todos os exames necessários ao diagnóstico.

— Quando a gente descobriu que ela havia ficado grávida, a saúde pública em Teresópolis estava precária. Havia uma greve. Depois, viram que a gravidez era de alto risco e veio o problema: os médicos do posto pediam vários exames, mas, quando a gente ia marcá-los, não tinha vaga no SUS. Ela não podia esperar, então comecei a vender meus instrumentos musicais e a pegar vales no serviço para pagar os exames em clínicas particulares — conta Robson, de 33 anos, que calcula ter gastado cerca de R\$ 1.500 em ultrassonografias e ecocardiogramas.

A situação só melhorou quando Raquel estava com sete meses de gestação e um médico a encaminhou para o Instituto Fernandes Figueira (IFF-Fiocruz). Lá, Pedro Emanuel nasceu e vem sendo acompanhado.

— Nossa maior dificuldade hoje é ir para o Rio, pois temos muitos exames a fazer. Durante a gravidez, pagávamos R\$ 200 para uma pessoa levar a gente. Graças a Deus, conseguimos que um carro da prefeitura faça o nosso transporte. Este mês, temos consultas e exames em seis datas, ou seja, precisamos gastar dinheiro com comida. É muito difícil, mas não vamos desistir — afirma Robson.

Casados há três anos, Robson e Raquel vivem numa casa simples em Teresópolis, no bairro São Pedro. A rotina da família — formada ainda por Leonardo, de 6 anos, filho do primeiro casamento de Raquel, e Carol, de 11, e Estefany, de 5, filhos do relacionamento anterior de Robson — mudou bastante depois da chegada de Pedro Emanuel. Nos dias em que o bebê tem consulta no Rio, o casal sai às 4h e só volta no final da tarde. São ocasiões em que a criançada tem de ser virar sozinha.

Robson sustenta a família com os pouco mais de mil reais que ganha como cozinheiro. O casal tem recebido doações de fraldas, leite em pó, roupas, brinquedos e também dinheiro, que guarda numa caderneta de poupança para o filho. Segundo Robson, o pior para os pais que esperam bebês com microcefalia é o medo do desconhecido.

— Uma das coisas que me ajudaram foi conhecer histórias de crianças que nasceram assim e que estão crescendo lindas e felizes — diz ele, que buscou apoio em sites e grupos de discussão na internet, incluindo o Cabeça e Coração (cabeceacoracao.com), feito para reunir casos de pais de bebês com microcefalia.

A idealizadora do site, Cida Nicolau, aposta que a criação de grupos de apoio em redes sociais é um dos caminhos para a superação dos momentos de sofrimento:

— Publicamos histórias de bebês com microcefalia, listas com itens de que eles precisam e o endereço para doações. A ideia é fazer uma ponte. Se alguém quiser ajudar os bebês afetados por essa epidemia, mas não sabe o que fazer, basta acessar o nosso site.

Pessoas com Síndrome de Down participam de caminhada no Rio

Famílias e profissionais de saúde pediram menos preconceito. Movimento pede inclusão em escolas sem custos adicionais.

Fonte: G1 RJ – Alba Valéria Mendonça – 20/03/2016

Organizações não-governamentais e o Ministério Público participaram na manhã deste domingo (20) do Caminhadown, na Praia de Ipanema, na Zona Sul do Rio. Pessoas que têm Síndrome de Down, parentes e profissionais de saúde também caminharam pedindo menos preconceito contra as pessoas que possuem esta condição.

O principal pedido da caminhada é a efetivação da lei de inclusão das crianças e adolescentes que têm Down em escolas sem custos adicionais para estes alunos. A caminhada acontece também em vários outros pontos do Brasil.

Luciana D'Ávila, foi para a caminhada com o pequeno Lucas, de 2 anos, e com toda a família. Ela afirma que a importância do movimento é reivindicar um espaço maior para pessoas com necessidades especiais na sociedade.

“A importância é dar visibilidade às crianças com Síndrome de Down ou qualquer tipo de deficiência, para que elas tenham uma inclusão maior na sociedade. Queremos igualdade. Não é por causa de um cromossomo a mais que alguém é melhor do que outro”, explicou Luciana.

‘Realizei o sonho de trabalhar’, diz jovem com Down após conquistar o primeiro emprego

Terminal recebeu 71 atletas de rugby em cadeira de rodas. Operação de chegada foi coordenada pela Secretaria de Aviação.

Fonte: 180 Graus – não encontrado – 21/03/2016

Jovens com síndrome de Down de Campinas (SP) contaram ao G1 como a oportunidade de buscar e conquistar o primeiro emprego mudou a realidade em que eles vivem. “Tenho quatro sonhos, um deles é trabalhar. Meus outros sonhos são casar, ter filhos e conhecer o Projac [estúdios de gravação da TV Globo no Rio de Janeiro]. Conheço tudo das novelas, assisto a todas das 16h até as 22h. O meu desejo é ter uma esperança grande na minha vida”, diz Giovanna Mammana, de 19 anos. Esta segunda-feira (21) é o Dia Internacional da Síndrome de Down.

Giovanna começou no seu primeiro emprego na semana passada. Ela trabalha na rede de farmácias Drogasil e conseguiu se inserir no mercado após um curso de capacitação profissional da Fundação Síndrome de Down de Campinas. A jovem contou que o seu currículo com cursos e estágio a ajudou.

O curso dura cerca de sete meses, sendo três deles teóricos e quatro de vivência prática. Segundo a coordenadora da fundação, Ana Carolina Freitas, a capacitação não se aplica a uma carreira específica. Mas dá suporte para boas práticas em qualquer área de atuação.

“O curso ensina como se portar no emprego, falamos sobre entrevista, horários, roupas, comportamento, entre outras coisas”, explica Ana Carolina.

Sonho

O brilho nos olhos da jovem não esconde a felicidade em já ter realizado o sonho de trabalhar. Para os próximos anos, ela disse que pretende crescer ainda mais profissionalmente e ser professora, cantora e massagista.



‘Me sinto preparada’

Mas enquanto não alcança os novos objetivos, Giovanna resalta que ainda tem muito o que fazer e aprender com a primeira experiência no mercado de trabalho.

“No curso eu aprendi a fazer a coisa certa, então me sinto preparada. Com a assessoria que tive, aprendi sobre regras, dinheiro, horários”, descreve a jovem.

As aulas de música e dança são fatores que tornaram Giovanna uma pessoa mais preparada para a inserção no mercado de trabalho. A vivência prática do curso ajudou a jovem desenvolver ainda mais as habilidades.

Para o gerente regional da Drogasil, Fernando Braconnot, a Giovanna só veio acrescentar na equipe. “A nossa experiência de inclusão já faz tempo, mas, em Campinas começou esse ano. Isso traz um clima mais humanizado para a equipe, com respeito às diferenças, com as dificuldades e com os potenciais. Olhamos mais para as potencialidades e o que ele pode trazer para a equipe”, afirma Braconnot.

Segundo informações do Censo IBGE 2010, há 3.311 pessoas com deficiência mental/intelectual na faixa etária entre 15 e 34 anos em Campinas. Uma pesquisa realizada pela Federação Entidades Assistencial de Campinas (Feac) publicada em 2015 aborda o panorama da pessoa com deficiência no município e aponta como a inclusão no mercado de trabalho uma garantia dos direitos dos deficientes.

A Fundação Síndrome de Down oferece o curso de iniciação ao trabalho (CIT) desde 1999. Ministrado semestralmente e com turmas de até 12 pessoas, a coordenadora Ana Carolina garante que a maioria consegue uma oferta.

Sensibilizar a empresa

Além do curso de capacitação, a fundação realiza um trabalho com as empresas parceiras, que atualmente são 30. “Essa sensibilização é levar o que é a deficiência intelectual, a síndrome de Down, desmistificar alguns preconceitos”, explica Ana Carolina.

A sensibilização ajuda a diminuir as barreiras, afirma Ana Lígia Agostinho, funcionária da fundação.

“Não dá pra tratar a pessoa como café com leite só porque ela tem alguma deficiência. O que fazemos é uma inclusão real, não é só colocar uma pessoa lá para preencher uma vaga. A gente busca que a pessoa tenha regras, produza de acordo com o potencial dela e que ela seja importante como qualquer outra pessoa”, afirma Ana Lígia.

Uma pesquisa publicada em 2014 pela McKinsey, empresa de consultoria empresarial americana, mostra o valor que os colaboradores com síndrome de Down podem agregar às empresas. O clima entre os funcionários melhora.

“Aborda que a contratação dessas pessoas melhora o clima e traz pontos positivos, porque você tem uma pessoa que, mesmo diante as suas limitações, vive a vida plena nas dificuldades do trabalho”, explica Ana Carolina.

//NOTÍCIAS DO JUDICIÁRIO

Deficiência auditiva moderada também dá direito a passe livre de ônibus em SC

Fonte: *Consultor Jurídico* – 05/03/2016

Pessoas com perda auditiva bilateral moderada têm direito ao passe livre interestadual. A decisão é da 4ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao negar recurso da União e manter o benefício em deslocamentos na região de Caçador (SC).

Assim, o Ministério dos Transportes terá que incluir na definição de “pessoa com deficiência auditiva” aqueles indivíduos que têm dificuldade de comunicação por não escutarem a voz do interlocutor. Comprovando que não escutam sons de 41 decibéis ou mais na média das frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, poderão fazer jus ao benefício.

A ação civil pública requerendo o direito foi ajuizada pelo Ministério Público Federal a partir de um parecer do Conselho Federal de Fonoaudiologia. Segundo o documento, a norma que define os critérios para classificar alguém como deficiente auditivo está sendo mal-interpretada, por não incluir esse grupo de indivíduos. Na 1ª Vara Federal de Caçador, a ACP foi julgada procedente, levando a União a recorrer ao TRF-4.

Segundo o juiz federal Loraci Flores de Lima, convocado para atuar na 4ª Turma da corte, o Ministério dos Transportes criou uma distinção inexistente entre os deficientes auditivos. Isso porque entendia que o passe livre seria devido apenas aos deficientes auditivos mais graves, em uma interpretação restritiva do artigo 4º, inciso II, do Decreto 3.298/1999.

O magistrado acrescentou que “a garantia de transporte interestadual gratuito para pessoa portadora de deficiência se insere como dever de adaptação, nitidamente necessário para assegurar o exercício, em igualdade de oportunidades, com as demais pessoas, do direito à proteção e à integração social das pessoas portadoras de deficiências”. Ainda cabe recurso contra a decisão.

Além de Caçador, a região compreende os seguintes municípios: Arroio Trinta, Calmon, Curitibanos, Fraiburgo, Frei Rogério, Iomerê, Irineópolis, Lebon Régis, Macieira, Matos Costa, Monte Carlo, Ponte Alta do Norte, Porto União, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília, São Cristóvão do Sul, Timbó Grande e Videira. Com informações da Assessoria de Imprensa do TRF-4.

Clique [aqui](#) para ler o acórdão.

MPSC entra com recurso contra liminar que autorizou cobrança adicional de alunos com deficiência

Fonte: *Diário Catarinense* – Karine Wenzel – 21/03/2016

O Ministério Público de Santa Catarina ajuizou recursos no Tribunal de Justiça de SC contra liminar que autorizou as escolas particulares de SC a cobrarem preços adicionais pelos serviços prestados a pessoas com deficiência. Os recursos foram protocolados pela 25ª Promotoria de Justiça da Capital na quarta e quinta-feira da semana passada.

Segundo o promotor de Justiça Davi do Espírito Santo, da 25ª Promotoria, que cuida dos assuntos de terceiro setor e defesa da educação, a decisão do juiz da 2ª Vara da Fazenda de Florianópolis é ilegal:

— Existe uma determinação expressa da legislação em vigor do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que é a lei 13.146 que diz que é vedada a

cobrança de valores adicionais de qualquer natureza nas mensalidades, anuidades e matrículas [dos alunos com deficiência]. Ou seja, hoje tem uma determinação legal neste sentido. Na decisão liminar, o juiz da 2ª Vara da Fazenda decidiu contrariamente àquilo que está estabelecido na legislação. Então o que o MP busca é exatamente que seja aplicada a lei.

O promotor explica que foram dois recursos, um referente à ação que foi proposta pelo Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de Santa Catarina (Sinepe) contra o município de Florianópolis e outra contra o Estado de SC.

— O Ministério Público pede que esses juízes tomem uma decisão liminar no sentido de determinar a suspensão da decisão de primeiro grau, da decisão do juiz da 2ª Vara da Fazenda. Enquanto isso, segue valendo a decisão liminar [que autoriza a cobrança] — explica o promotor.

Agora os processos estão distribuídos para os desembargadores relatores que irão emitir seu voto e em seguida levar à julgamento na Câmara Civil Especial. Não há previsão para a decisão. Segundo o promotor, o município de Florianópolis também recorreu da decisão.

//NOTÍCIAS DO LEGISLATIVO

CCJ aprova aumento de pensão para portadores da Síndrome de Talidomida

Fonte: *Agência Senado* – Da redação – 17/02/2016

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou, nesta quarta-feira (17), projeto de lei (PLS 504/2015) da senadora Sandra Braga (PMDB-AM) que estabelece um novo valor para a pensão especial recebida por deficientes físicos portadores da Síndrome de Talidomida. A proposta segue, agora, para votação final na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Inicialmente, Sandra havia proposto aumentar de R\$ 359,63 para R\$ 800 o valor de referência para cálculo da pensão, a ser multiplicado pelo total de pontos indicadores da natureza e do grau de dependência resultante dessa deficiência física. No entanto, o relator do projeto, senador José Maranhão (PMDB-PB), tratou de elevar esse parâmetro para R\$ 1 mil.

“Face aos custos elevados dos medicamentos e do custo de vida das pessoas portadoras da síndrome, propomos elevar o valor para o montante de R\$ 1mil, que, embora ainda insuficiente, minimizaria o sofrimento desses cidadãos”, considerou em seu parecer.

O PLS 504/2015 sugeria a ampliação desse valor de referência a partir de 1º de janeiro de 2016. Entretanto, o senador José Pimentel (PT-CE) ponderou pela impossibilidade de adoção dessa data, já que a previsão de aumento do benefício não foi inserida no Orçamento deste ano nem seguia as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para não atrasar a tramitação, Maranhão sugeriu que essa correção fosse feita na CDH. De qualquer modo, ele tratou de inserir emenda no projeto para que seus efeitos financeiros só fossem gerados no exercício posterior a sua aprovação.

Sandra elogiou o parecer ao PLS 504/2015 e parabenizou o relator pela sensibilidade de elevar ainda mais a pensão.

“Apesar de o remédio ter sido trazido para cá em 1958, ainda em 2012 nasceu uma criança no Brasil portadora dessa síndrome. É a quarta geração que convive com a talidomida”, comentou Sandra.

A talidomida foi um medicamento comercializado no Brasil a partir de 1958 e, quando utilizado por gestantes, causa focomelia, doença que provoca o encurtamento dos membros do feto, além de problemas auditivos, de visão e na coluna vertebral.

CDH recebe sugestões de mudanças no Estatuto da Pessoa com Deficiência

Fonte: Agência Senado – Da Redação – 29/02/2016

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizou debate, nesta segunda-feira (29), sobre a aplicabilidade da Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência. Na audiência pública, predominou entre os expositores a visão de que a lei foi um marco no sentido da inclusão e da ampla cidadania das pessoas com deficiência, mas houve também críticas a pontos específicos do texto e sugestões de mudanças.

As locadoras de veículos rejeitam, por exemplo, a obrigação de que, para cada 20 veículos da frota, um seja destinado para o uso de pessoas com deficiência. A Associação Brasileira da Indústria, Comércio e Serviços de Tecnologia Assistiva (Abridef), sugeriu correção em aspectos técnicos relativos às adaptações em veículos para esse grupo de usuários. Além disso, defendeu a concessão de novos subsídios para serviços dentro dessa modalidade.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), adiantou que está abrindo diálogo para avaliar as adequações que sejam necessárias ao texto da lei. Autor do projeto do estatuto e também autor do requerimento de audiência, Paim alertou, contudo, que os ajustes não podem comprometer as conquistas asseguradas. O texto foi sancionado em julho do ano passado, passando a vigorar em janeiro deste ano.

- Nunca tivemos a pretensão de elaborar um instrumento irretocável, mas o estatuto vai além de um conjunto de artigos. O que o torna ainda mais especial é o debate político que provocou e ainda provoca, mostrando que ainda pode ser aperfeiçoado – comentou Paim.

Ficou acertado que as sugestões para ajustes no texto da Lei de Inclusão devem ser encaminhadas formalmente ao Conselho Nacional da Pessoa com Deficiência (Conade), onde serão pré-avaliadas e consolidadas em um único documento. Depois, essas contribuições serão encaminhadas à CDH, como subsídio a um projeto de lei para atualização do estatuto. A entrega deve ocorrer em 6 de julho, durante seminário no Auditório Petrônio Portela, em celebração ao primeiro ano da sanção da lei.

Carro acessível

A diretora da Abridef, Mônica Cavenaghi, observou que, na forma atual da lei (artigo 52), as locadoras de veículos estão obrigadas a ofertar veículos adaptados apenas para as pessoas que dirigem os veículos. Salientou, porém, que é necessário que as empresas providenciem carros para as pessoas que não dirigem, mas que precisam ser transportadas em sua própria cadeira de rodas no interior do veículo. Citou, como exemplo, a condição da deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), que é tetraplégica.

Com relação à frota de táxis, recomendou a regulamentação do padrão de veículo adaptado, evitando a oferta de automóveis fora de padrões de segurança. Também pediu apoio para a concessão de subsídios para adaptações veiculares que não se restrinjam às modificações feitas pelas próprias montadoras, como câmbio automático e outros itens mais básicos. Essa previsão estava no texto do estatuto, mas foi vetada pela presidente Dilma Rousseff.

- Essa isenção atenderia parcela da população que tem deficiências mais severas e que, hoje, depois e comprar seu carro, ainda tem de pagar pelas adaptações – disse.

Livre mercado

Houve também quem defendesse a completa supressão do artigo que obriga as locadoras a manterem em suas frotas veículos adaptados às necessidades de pessoas com deficiência. Essa foi a posição do presidente da Federação das Empresas de Transporte de Passageiros dos Estados do Paraná e Santa Catarina, Felipe Busnardo Gulin. Segundo ele, a medida é inconstitucional, argumento que já motivou a Confederação Nacional do Transporte a mover ação junto ao Supremo Tribunal Federal para derrubar o artigo.

- Trata-se de uma violação da liberdade de iniciativa das locadoras de veículo. Como não há oferta de veículo para todo o tipo de necessidade, as locadoras precisariam exercer atividade industrial para cumprir a legislação – argumentou Gulin.

Roberto Marconne Celestino de Souza, da área jurídica e de fiscalização do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), embora apoiando os princípios gerais do estatuto, condenou a descrição detalhada que o texto hoje traz em relação aos itens requeridos nas adaptações veiculares, a exemplo de câmbio automático, tipo de freio e vidros elétricos. Segundo ele, essas exigências devem ser feitas não em lei, mas por meio de regulamentações administrativas, que nesse caso caberia o próprio Denatran.

- Expor equipamentos obrigatórios em dispositivo legal pode acarretar engessamento da norma. Diante dos grandes avanços tecnológicos que temos, isso de fato traz um engessamento – justificou.

Sem retrocessos

O presidente do Conade, Flávio Henrique de Souza, adiantou que o órgão está disposto a debater ajustes no texto da Lei de Inclusão que sejam reconhecidos como importantes. Porém, adiantou que o órgão não vai abrir mão de direitos conquistados em prol da pessoa com deficiência. Observou que a norma tramitou por duas décadas, resultando de debates com todos os segmentos sociais que se mobilizaram para participar.

- Uma coisa é fazer ajustes técnicos e corrigir distorções, mas a retirada de direitos a Conade não vai aceitar e concordar em momento algum – garantiu.

A respeito da ação de inconstitucionalidade proposta pela CNT, baseada o argumento de que o estatuto viola o princípio constitucional da livre iniciativa, o procurador Felipe Fritz Braga, do Ministério Público Federal, lembrou que o ministro do STF Edson Fachin já negou uma liminar pedida pelos autores. A seu ver, o mérito da ação também não deve ser acolhido pela Corte. Na sua avaliação, os autores perderam o “bonde da história”, não compreendendo o conceito de função social da propriedade.

O procurador também criticou os vetos da presidente Dilma ao estatuto, no total de oito. Criticou, sobretudo, o corte de dispositivo que garantia cota específica em favor das pessoas com deficiência em instituições de ensino – inclusive profissionalizante – e empresas. A seu ver, faltou a continuidade da mobilização social depois da aprovação final do projeto no Senado.

Participou também do debate Aline Sá Cavalcante, assessora do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, que detalhou programas de apoio e recursos em favor do desenvolvimento de pesquisas e produtos de tecnologia assistiva.

Agência Senado (Reprodução autorizada mediante citação da Agência Senado)

Mara Gabrielli propõe regulamentar profissão de atendente pessoal de pessoa com deficiência

Fonte: Jus Brasil – não encontrado – 16/03/2016

Projeto de Lei em análise na Câmara dos Deputados (PL 1152/15) regulamenta o exercício da profissão de atendente pessoal de pessoa com deficiência. Pela proposta, de autoria da deputada Mara Gabrielli (PSDB-SP), o atendente pessoal de pessoa com deficiência é o profissional que exerce, em caráter habitual ou eventual, função remunerada, desde que possua habilitação exclusiva para lidar com pessoas com deficiência.

De acordo com o projeto, são requisitos para ter a habilitação como atendente pessoal: a conclusão do ensino fundamental e a participação em cursos básicos de treinamento para formação profissional,

promovidos por instituições de ensino profissional, assistenciais ou pelo governo.

Atribuições e remuneração

Segundo o texto, o profissional terá as funções de realizar tarefas de organização do ambiente de trabalho; auxiliar as pessoas com deficiência em suas necessidades, buscando o seu bem-estar e a sua inclusão na comunidade; e atuar como elo entre a pessoa com deficiência e a família.

O atendente pessoal de pessoa com deficiência poderá ser contratado de duas formas: pelo regime da Consolidação das Lei do Trabalho (CLT – Decreto-lei 5.452/43) ou por pessoa física, sem fins lucrativos, com contratos de trabalho regidos pela Lei Complementar 150/15, conhecida como Lei da PEC das Domésticas.

Qualidade de vida

Para a deputada Mara Gabrilli, a regulamentação vem para facilitar a vida das pessoas com deficiência e de seus familiares.

“É uma profissão importantíssima para as pessoas que têm filhos com deficiência. As mães param de trabalhar - essa é a realidade do Brasil - para poder cuidar do filho. Então, por exemplo, se elas tiverem alguém que pudesse ajudar, as mães poderiam sair, fazer um outro trabalho, ter mais qualidade de vida. Isso vai impactar diretamente no filho.”

Legislação atual

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência – Lei 13.146/15) define que o atendente pessoal pode ser um familiar ou não, que, assiste ou presta cuidados básicos e essenciais à pessoa com deficiência no exercício de suas atividades diárias.

A lei também define que o profissional de apoio escolar é aquele que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas. Já o acompanhante é definido como aquele que acompanha a pessoa com deficiência, podendo ou não desempenhar as funções de atendente pessoal.

Outras propostas

Na Câmara, tramita também o PL 4702/12, do Senado, que regulamenta o exercício da profissão de cuidador de pessoa idosa e está pronta para a pauta na Comissão de Seguridade Social e Família, onde a relatora, deputada Benedita da Silva (PT-RJ), propõe substitutivo, definindo a profissão como “cuidador social”, não restrito ao atendimento a idosos.

Além desse projeto, a Câmara aprovou, em dezembro, a regulamentação da profissão de cuidador (PL 1385/07). A proposta seguiu para a análise do Senado.

Tramitação

O projeto, que tramita em caráter conclusivo, será analisado pelas comissões de Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência; de Seguridade Social e Família; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

//INSTITUCIONAL

Ouidora se reúne com representantes do Rio Ônibus e RioCard

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 16/03/2016

A ouvidora do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), Georgea Marcovecchio, se reuniu, na tarde desta terça-feira (15/03), na sede da instituição, com o vice-presidente e a gerente de Marketing do sindicato que reúne os empresários de ônibus da capital (Rio Ônibus), Octacílio Monteiro e Denise Navegantes, e com a gerente de Gratuidade do RioCard, Renata Faria.

O objetivo do encontro foi estreitar relações entre o MPRJ, o sindicato e a empresa de gestão de bilhetagem eletrônica, para que os mesmos possam atender de maneira mais efetiva as reclamações dos usuários principalmente em relação aos benefícios da gratuidade.

Para entrar em contato com as empresas de ônibus do estado, o Rio Ônibus disponibiliza os seguintes canais: o telefone 0800 886 1000; mensagem de texto gratuita de celular para 28511; mensagem de WhatsApp para 99992-8511, chat on-line, e-mail e redes sociais.

Denúncias também podem ser enviadas à Ouvidoria do MPRJ, pelo telefone 127, de segunda a sexta-feira, entre 8h e 20h, ou pelo portal do MPRJ. Em caso de desrespeito à gratuidade, é necessário informar data, hora e local da ocorrência, além do número de ordem do veículo.

MPRJ promove o Dia Internacional da Síndrome de Down

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 21/03/2016



Georgea Marcovecchio, ouvidora do MPRJ, e Luis Felipe Badin

A Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ) participou da CaminhaDown 2016, nesse domingo (20/03), realizado na orla de Ipanema. O ato, que contou com cerca de 3 mil pessoas, fez parte de uma série de ações em menção ao Dia Internacional da Síndrome de Down, no dia 21 de março.

Como parte das atividades da CaminhaDown 2016, a Ouvidoria do MPRJ esteve presente para receber denúncias e conversar com famílias e pessoas com síndrome de Down. As notícias serão encaminhadas ao Centro de Apoio das Promotorias de Justiça de Educação e, em casos específicos, ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência para que sejam transformadas em ações e projetos que atendam às demandas de inclusão social.

A coordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Tutela Coletiva de Proteção à Educação, Bianca Mota, também esteve presente no local com integrantes de sua equipe divulgando as ações do MPRJ para garantir a educação inclusiva nas redes pública e privada de ensino em todo o Estado do Rio de Janeiro. “O tema é objeto de campanha institucional do MPRJ nas redes sociais desde janeiro de 2016, quando entrou em vigor a nova Lei Brasileira de Inclusão”, afirmou.

Alexandra Carvalho Feres, subcoordenadora do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Violência Doméstica Contra Mulher, também participou da ação do MPRJ.

Entre os participantes da caminhada, Luis Felipe Badin, de 47 anos, portador da síndrome de Down, destacou a importância do encontro. Ele foi atendido pela Ouvidoria do MPRJ, no ano passado. Segundo ele, sua família não prestava os cuidados necessários. “Os meus tios não tinham paciência comigo, me maltratavam. Por isso fui até ao Ministério Público pedir ajuda e fui prontamente atendido pela Ouvidora, Georgeta. Hoje sou um down feliz”, relatou. Atualmente, Luis Felipe vive com outros parentes e estuda no Centro de Desenvolvimento do Humaitá, em Laranjeiras.

O Dia Internacional da Síndrome de Down foi decretado em 2006 pela Down Syndrome International (DSI), organização não governamental (ONG), que reúne entidades ligadas ao incentivo à inclusão de pessoas com a condição genética. Na grafia americana, a data (3/21) faz referência aos três cromossomos número 21 que caracterizam o distúrbio genético.

Ministério Público obtém vitória a favor da gratuidade em ônibus de São Gonçalo

Fonte: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – Detalhe Notícia – 31/03/2016

Maiores de 65 anos não precisam mais apresentar o Rio Card, somente documento de identidade, para ter acesso gratuito aos transportes públicos de São Gonçalo. Também foi reconhecido o direito de as pessoas com deficiência usufruírem do benefício, independentemente de estar em tratamento médico. O benefício foi mantido em decisão transitada em julgado no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, em processo que se iniciou em 2004 com ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.

A ação foi ajuizada a partir de representação da Associação Beneficente aos Deficientes Físicos de São Gonçalo (ABDF), que afirmava que diversas pessoas com deficiência e idosos eram constrangidos por fiscais e impedidos de ingressar gratuitamente nos coletivos. Foram réus na ação o município de São Gonçalo e as seguintes empresas de ônibus: Expresso Tanguá Ltda, Icaraí Auto Transporte Ltda, Transporte e Turismo Rosana Ltda, Coesa Transportes Ltda, Viação Mauá Ltda, Auto Ônibus Alcântara Ltda, Viação Galo Branco Ltda, Viação Estrela Ltda, Auto Ônibus Asa Branca Gonçalense Ltda, Viação Rio Ouro Ltda e Viação Santa Isabel Ltda.

O MPRJ obteve decisão favorável à ação em sentença proferida pela 4ª Vara Cível de São Gonçalo e em acórdão da 16ª Câmara Cível, no qual o relator desembargador Marco Aurélio Bezerra de Melo mencionava que “a existência de fonte de custeio não é requisito para a concessão do direito à gratuidade”. Os réus, no entanto, manejaram recurso à suprema corte do judiciário, o qual não foi admitido, mantendo-se a decisão de segunda instância.

Caso o município descumpra a medida deverá pagar multa diária de R\$2 mil e as empresas serão multadas em R\$ 1 mil por cada negativa de viagem a pessoa beneficiária de passe livre e maiores de 65 anos de idade com documento de identidade oficial.

A promotora de Justiça Luciana Braga Martinho, Titular da Promotoria de Justiça de Proteção ao Idoso e à Pessoa com Deficiência do Núcleo São Gonçalo, comemora a vitória e lembra que, a partir de agora, as empresas deverão ser cobradas a cumprir o estabelecido. “É importante que a população também ajude a fiscalizar o cumprimento, já que

as empresas terão que fixar na entrada dos ônibus o teor do julgado, conforme estabelecido, sob pena de multa”, destacou.

Processo nº 0037006-88.2004.8.19.0004.